

# Reflexões sobre Cetóbriga e Tróia<sup>1</sup>

Inês Vaz Pinto<sup>2</sup>

TROIA RESORT / CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra

Ana Patrícia Magalhães<sup>3</sup>

CECH - Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos | Bolsa FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

DOI: [https://doi.org/10.14195/2182-844X\\_11\\_2](https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_2)

## RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre Setúbal e Tróia na época romana, a sua caracterização e relação entre as duas. O registo arqueológico de Setúbal mostra um aglomerado urbano com actividade fabril mais evidente até ao século III, vestígios de *domus* e peças arquitectónicas que comprovam o seu carácter urbano e uma indiscutível ocupação até ao século VI. Os materiais recuperados mostram um maior dinamismo económico no século I-II e uma menor frequência de importações na Antiguidade Tardia. O registo arqueológico de Tróia mostra um grande número de fábricas de salga, com maior actividade no Alto Império, mas que mantém uma forte capacidade de produção até ao século V. Conhecem-se poucas casas, mas há termas, mosaicos e estuques pintados. Os materiais recuperados mostram dinamismo económico tanto no Alto Império como na Antiguidade Tardia, com forte afluência e circulação de bens de consumo importados. Embora Tróia tenha mantido sempre um forte carácter industrial, parece ter tido autonomia económica, e nada indica que *Caetobriga* e Troia fossem a mesma cidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Cetóbriga; Caetobriga; Setúbal; Tróia; Ácale.

## ABSTRACT

This paper discusses the sites of Setúbal and Troia departing from their Roman remains in order to reflect on their character and relationship. The archaeological record of Setúbal shows an urban agglomerate with production activity more evident up to the 3rd century, vestiges of *domus* and architectural pieces proving its urban character and a continuous occupation up to the 6<sup>th</sup> century. The materials recovered in the city show a stronger economic dynamism in the 1st and 2nd centuries and a lower frequency of imports in Late Antiquity. The archaeological remains of Troia show a great number of fish-salting factories, with stronger activity in the High Empire, but maintaining

1 Este trabalho foi financiado com Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto CEAACP - UIDP/00281/2020, e com uma bolsa de doutoramento da FCT com a referéncia (SFRH/BD/145422/2019).

2 ORCID iD: [0000-0001-7169-3295](https://orcid.org/0000-0001-7169-3295), [ines.pinto@ruinasdetroia.com](mailto:ines.pinto@ruinasdetroia.com)

3 ORCID iD: [0000-0001-9904-918](https://orcid.org/0000-0001-9904-918), [a.patriciamagalhaes@gmail.com](mailto:a.patriciamagalhaes@gmail.com)

a strong production capacity up to the 5th century. Not many houses are known, but there are baths, mosaics and painted stucco. The materials recovered show economic dynamism both in the High Empire and in Late Antiquity, and a great affluence and circulation of imported consumption goods. Even if Troia always maintained a strong industrial character, it seems it had a great economic autonomy and there is no indication that *Caetobriga* and Troia were the same city.

## KEYWORDS

Cetóbriga; Caetobriga; Setúbal; Tróia; Achale.

## Introdução

Setúbal e Tróia, dois sítios com importantes vestígios romanos da *civitas de Salacia*, situam-se ambas na foz do rio Sado, separadas pelas águas do seu estuário, a uma distância uma da outra de cerca de quatro quilómetros em linha recta (Figura 1). Têm igual acesso ao mar, mas enquanto Setúbal se situa na margem norte do rio, numa zona continental, Tróia é um estreito e longo banco de areia que forma a margem sul do estuário do Sado, com uma configuração quase insular, talvez insular na antiguidade, constituindo uma barreira entre o estuário e o Oceano Atlântico.

Dada a estreita proximidade geográfica, a relação entre as duas é certamente forte, e tem sido objecto de opiniões diversas. Gaspar Barreiros, no final do século XVI, considerou que a Cetóbriga romana era constituída por Setúbal e Tróia,

pois em ambos os lados do rio havia povoação (*apud* Castelo-Branco 1963: 3). A. Dias Diogo e J. Faria (1990: 174) descreveram Tróia como o arrabalde industrial de Setúbal, e, mais recentemente, J. Soares e C. Tavares da Silva (2018: 15-16) vêem *Caetobriga* como uma cidade polinucleada da qual Setúbal seria o principal núcleo administrativo e Tróia um sector produtivo.

Mas poder-se-á resumir essa relação à complementariedade entre um centro urbano e uma área industrial? Analisando os respectivos registos arqueológicos, tentar-se-á caracterizar cada um destes sítios e compreender a relação entre os dois.

## A *civitas de Salacia*

Setúbal e Tróia situam-se num território de longa data dominado pela cidade de Alcácer do Sal



Figura 1. Vista aérea de Tróia e de Setúbal.

(Figura 2). À beira do rio, mas 12 km a montante do estuário, esta cidade seria a capital económica da região desde a época proto-histórica, com fortes influências orientalizantes desde o século VII a.C. (Silva et al. 1980-81: 210).

Os materiais republicanos recolhidos nesta cidade mostram que este núcleo urbano já estava na esfera romana na segunda metade do século II a.C. (Gomes e Alves 2017: 102; Soria 2018: 184-213), sendo o topónimo da cidade, à data, *Beuipo* (Faria 1992). As cunhagens monetárias do século I a.C. mostram a adopção do nome de *Salacia Imperatoria* desde o início da segunda metade do século I a.C., e a sua municipalização pode ter ocorrido ainda no tempo de Júlio César ou já no período augustano, tendo sido, de acordo com Plínio (*NH*, 4, 117), uma das três *oppida Latii antiqui* da Lusitânia, a par com Évora e Mértola (Alarcão 2017: 126). Plínio (*NH*, VIII, 191) atribui a *Salacia* importantes recursos em sal e lãs e foi certamente um importante polo exportador de minérios. De notar que as moedas de *Beuipo/Salacia* são imitações das moedas de Gades (Conejo 2021: 352), mostrando a estreita ligação à precocemente romanizada Cádis e à região gaditana.

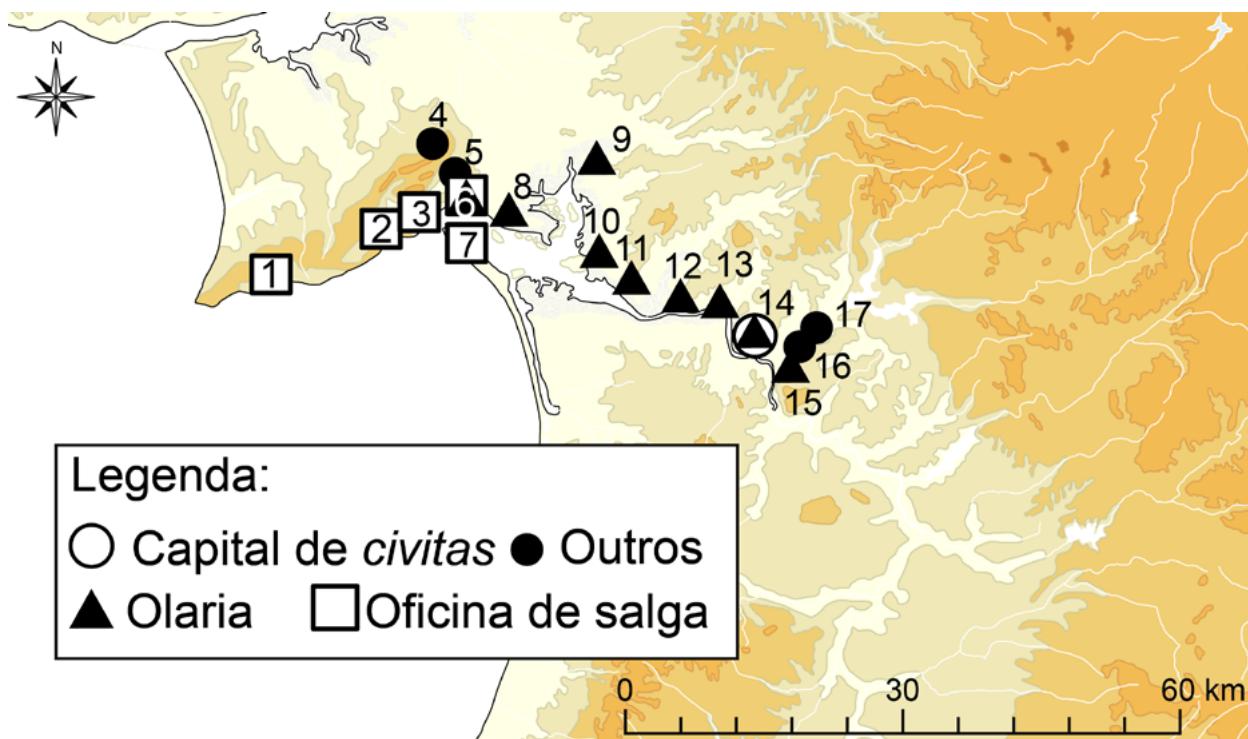
Nesta *civitas*, conhecem-se ainda vestígios do período romano-republicano no Castro de Chibanes (Palmela) (Silva e Soares, 2021), no povoado do Pedrão (Setúbal), no Castelo dos Mouros (Setúbal) e, de acordo com relatos do séc. XVII, no Outão (Setúbal) (Alarcão 1988: 131), revelando um modelo de ocupação caracterizado pela implantação em pontos altos com boa visibilidade e defensabilidade. Pela presença dos mesmos tipos de cerâmica e de moedas de *Beuipo/Salacia* em Chibanes (Conejo 2021: 352) e no Pedrão (Soares e Silva 1973), depreende-se que se situavam na esfera económica dessa cidade.

Muito rica em cerâmica de verniz negro itálico (Soria 2018) e em *terra sigillata* itálica (Viegas 2014), *Salacia* parece decair a partir de meados do século II, deslocando-se o centro da actividade económica para a foz do rio. Nesta zona,

conhece-se primeiro o núcleo urbano de Setúbal, a muito provável *Caetobriga* romana de Ptolomeu e Antonino, cujos vestígios mais antigos são uma entulheira na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, com restos de ânforas lusitanas precoces inspiradas nas ânforas ovóides do Guadalquivir, de uma provável olaria, de meados/terceiro quartel do séc. I a.C. até à época de Tibério (Mayet e Silva 2016: 64-65). Embora a *terra sigillata* itálica recolhida até à data seja muito pouco frequente (Coelho-Soares 2018: 116), tal como as paredes finas augustanas (Sepúlveda e Bolila 2018) ou as ânforas importadas dessa época, é possível que este núcleo urbano seja de fundação augustana.

Na época de Augusto existe produção de ânforas nos núcleos urbanos, como na Parvoíce em Alcácer do Sal (Pimenta e Ferreira 2016) e, tal como referido, na Rua António Joaquim Granjo em Setúbal, e na época de Tibério existe a olaria do Largo da Misericórdia em Setúbal (Silva 1996). A partir desta mesma época, assiste-se a uma dissociação espacial das actividades artesanais, que se afastam das cidades, e que se reflecte no estabelecimento do complexo industrial de Tróia e da olaria de cerâmica de Abul, com contextos de fundação desta época (Pinto, Magalhães e Brum 2011; Mayet e Silva 2002), e de provavelmente muitas das outras olarias activas nos séculos I-II e menos bem datadas como a Barrosinha, o Bugio, a Enchurrasqueira, Abul, o Pinheiro, a Quinta da Alegria (Mayet e Silva 2017) e o Zambujalinho (Fernandes e Carvalho 1995). E, de igual modo, nos outros complexos de produção de preparados piscícolas que foram surgindo ao longo do século I como Sesimbra (Pereira 2014), o Creiro (Silva e Coelho-Soares 2016), a Rasca (Costa 1905) e a Comenda (Viegas 2016). A estes é preciso juntar os não-identificados núcleos de produção de sal, que coincidiam certamente com as salinas activas nos últimos séculos, ao longo da margem norte do estuário do Sado e em ambas as margens deste rio até Alcácer do Sal.

Esta dissociação implica uma forte interdependência entre os sítios produtores, os sítios trans-



**Figura 2.** Principais sítios da *civitas de Salacia*. 1: Sesimbra; 2: Creiro; 3: Rasca e Comenda; 4: Chibanes; 5: Pedrão; 6: Setúbal (*Caetobriga*); 7: Tróia; 8: Quinta da Alegria; 9: Zambujalinho; 10: Pinheiro; 11: Abul; 12: Enchurrasqueira; 13: Bugio; 14: Alcácer do Sal (*Salacia*); 15: Barrosinha; 16: Porto da Lama; 17: Santa Catarina de Sítimos.

formadores e os sítios consumidores, ligados entre si pelo rio e respectivo estuário.

## A Setúbal romana

Foi José Marques da Costa quem, perante os achados romanos no centro histórico de Setúbal em 1957 (Figura 3), associou pela primeira vez a *Caetobriga* referida por Ptolomeu e Antonino Pio à cidade de Setúbal (Costa 1960).

Terá sido a contínua ocupação urbana aliada à fraca reputação daquele investigador a desvalorizar os vestígios romanos no subsolo de Setúbal. Será o MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal que, a partir da sua criação em 1974, assume como responsabilidade o estudo e investigação da cidade de Setúbal, voltando a dar importância aos achados aí encontrados, consolidando a associação de Setúbal à *Caetobriga* romana, ou, na sua visão mais recente, ao núcleo administrativo de uma cidade polinucleada articulada com Tróia (Soares e Silva 2018: 15-16).



**Figura 3.** Distribuição dos vestígios romanos observados por José Marques da Costa em 1957 (Costa, 1960).

O mapeamento efectuado por J. Marques da Costa (1960) identifica importantes vestígios no largo do Troino e assinala também a estação romana anteriormente identificada pelo seu homónimo A. Marques da Costa, onde actualmente se situa o bairro de S. Sebastião, com uma extensão de cerca de 700 m, onde intervenções mais recentes de empresas de arqueologia continuam a identificar vestígios romanos, alertando para o muito que ainda há por estudar nesta cidade.

Pelos dados conhecidos, os primeiros vestígios de ocupação romana na cidade de Setúbal surgem no período de maior estabilidade iniciado a partir de Augusto, e consistem na referida entulheira situada na Rua António Joaquim Granjo, nº 19 (Soares e Silva 2018: 19; Silva 2018: 161). Na época de Tibério, ou tibério-cláudia, surge a outra também já referida olaria no Largo da Misericórdia, com dois fornos que produziram exclusivamente a variante mais antiga do tipo Dressel 14 (Silva 1996; Mayet e Silva 2016: 66-67).

Se a existência de olarias e de produção de ânforas sugere o início da produção de preparados piscícolas em época augustana, esta só está arqueologicamente documentada no último quartel do século I na Travessa de Frei Gaspar e na Praça do Bocage. Outros vestígios que denotam a existência de um verdadeiro bairro produtivo são outra oficina de salga na Rua Januário da Silva, e um armazém de ânforas na Travessa de João Galo, nº 4-4B, possivelmente associado a outra oficina de preparados piscícolas (Soares 2000: 118).

Os dados de escavação indicam que a oficina de salga, muito incompleta, da Praça do Bocage funcionou no último quartel do século I e no século II (Silva e Coelho-Soares 1980-81: 269-270; Silva 1990: 115), enquanto a oficina de salga da Travessa de Frei Gaspar laborou no mesmo período até à transição para o século III, manteve-se abandonada nos séculos III e IV, e alguns tanques voltaram a funcionar no séc. V d.C. sobre um novo fundo (Soares e Silva

2018: 16). Já as ânforas encontradas no armazém da Travessa de João Galo, nº 4-4B, erguido no terceiro quartel do século I e utilizado até à primeira metade do século II, são do tipo Dressel 14, predominando a variante B desta produção (Silva e Coelho-Soares (2014: 311 e 316).

Para além dos edifícios artesanais, foram identificadas, na parte baixa da cidade, diferentes estruturas que poderão corresponder a casas. Na Travessa de Frei Gaspar, nº 10, ao lado e anterior à oficina de salga, foi identificado um peristilo de uso presumivelmente residencial com uma ocupação centrada em meados do séc. I ao período flávio (Silva e Soares 2020: 169-170; Silva, Coelho-Soares e Soares 1986: 155). Na Rua Vasco Soveral, nº 8-12, foi encontrado um tanque que poderia ter pertencido ao pátio ou jardim de uma casa construída no Alto Império, que sofreu reformulações em momento indeterminado da Antiguidade Tardia e terá sido abandonada em finais do século IV/inícios do V d.C. (Soares e Silva 2020: 170), destacando-se um capitel corintizante enquadrado em meados/2ª metade do séc. II d.C. (Soares *et al.* 2019: 165-169).

Outras estruturas da Travessa de João Galo, nº 4-4B, foram interpretadas como vestígios de habitação do período tardo-romano, enquadradas na designada fase IV, cujos contextos materiais continham TSA D, DSP e TSF (Soares e Silva 2018: 21), e ânforas regionais datadas da segunda metade do séc. IV à primeira metade do séc. V d.C. (Silva e Coelho-Soares 2014: 320).

Se até aqui descrevemos apenas vestígios muito parcelares de presumíveis casas da Setúbal romana, na Rua Arronches Junqueiro, nº 75, e na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, surgiram espaços claramente residenciais com pavimentos musivos bem preservados e do mesmo estilo.

Na Rua Arronches Junqueiro, nº 75, descobriu-se um provável peristilo com uma galeria pavimentada em *opus tessellatum* polícromo de estilo geométrico, estilisticamente datável do século III. O peristilo era provavelmente porticado, com um tanque baixo de c. de 1 m de largura, alongado

no sentido este-oeste, interpretado como espelho de água (Silva, Soares e Wrench 2010: 155-156), tendo o edifício sido abandonado nos séculos V/VI d.C. (Soares e Silva 2018: 26).

Na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, foram encontradas duas casas incompletas separadas por uma rua. A casa conhecida por Edifício A tem a sua fundação datada de meados do séc. I, e beneficiou de um enriquecimento do espaço na transição do século II para o século III d.C., com a pavimentação em mosaico de dois compartimentos e nova pintura a fresco. Os autores da escavação consideram que, de acordo com os materiais, esta *domus* terá sido abandonada num momento indeterminado do séc. III d.C., após a construção dos mosaicos e antes da sua utilização como pedreira (Silva e Soares 2020: 168). Separados desta *domus* por uma rua orientada no sentido ESSE-WNW, foram encontrados os vestígios de uma outra residência, identificada como Edifício B, aparentemente contemporânea, embora menos conhecida (Silva e Soares 2018: 81-88).

Os mosaicos destas duas casas têm um traço comum no predomínio do vermelho, e parecem comungar da “influência do estilo geométrico compartimentado dos mosaicos coloridos provinciais, expandido a partir da época dos Severos” do Próximo Oriente até às províncias do Ocidente (Silva, Soares e Wrench 2010: 163).

Na Rua Francisco Augusto Flamengo, nºs 10-12, foi identificada uma lixeira doméstica da segunda metade do século I e do século II sugerindo a proximidade de uma zona residencial (Silva et al. 2010; Silva et al. 2014).

No espaço de um artigo armazém de ânforas e nas imediações de uma área de suposta função residencial, na Travessa de João Galo, nº 4-4B, foi encontrada uma grande cornija em calcário, interpretada como o *podium* de um edifício de carácter monumental utilizado num curto período temporal localizado na segunda metade do séc. II / inícios do séc. III d.C. (Silva e Coelho-Soares 2014: 316).

Na parte mais elevada desta cidade, na Rua Francisco Augusto Flamengo, nº 10-12 e na Rua

da Paz, descobriu-se parte de um grande reservatório de água, datado do séc. III d.C. por ter sido construído sobre um vazadouro do Alto Império. Este reservatório terá sido abandonado em meados do século IV d.C., mas a área terá sido frequentada até inícios do século V d. C. (Silva, Soares, Coelho-Soares, Duarte e Godinho 2014: 187-188 e 211; Soares e Silva 2018: 24).

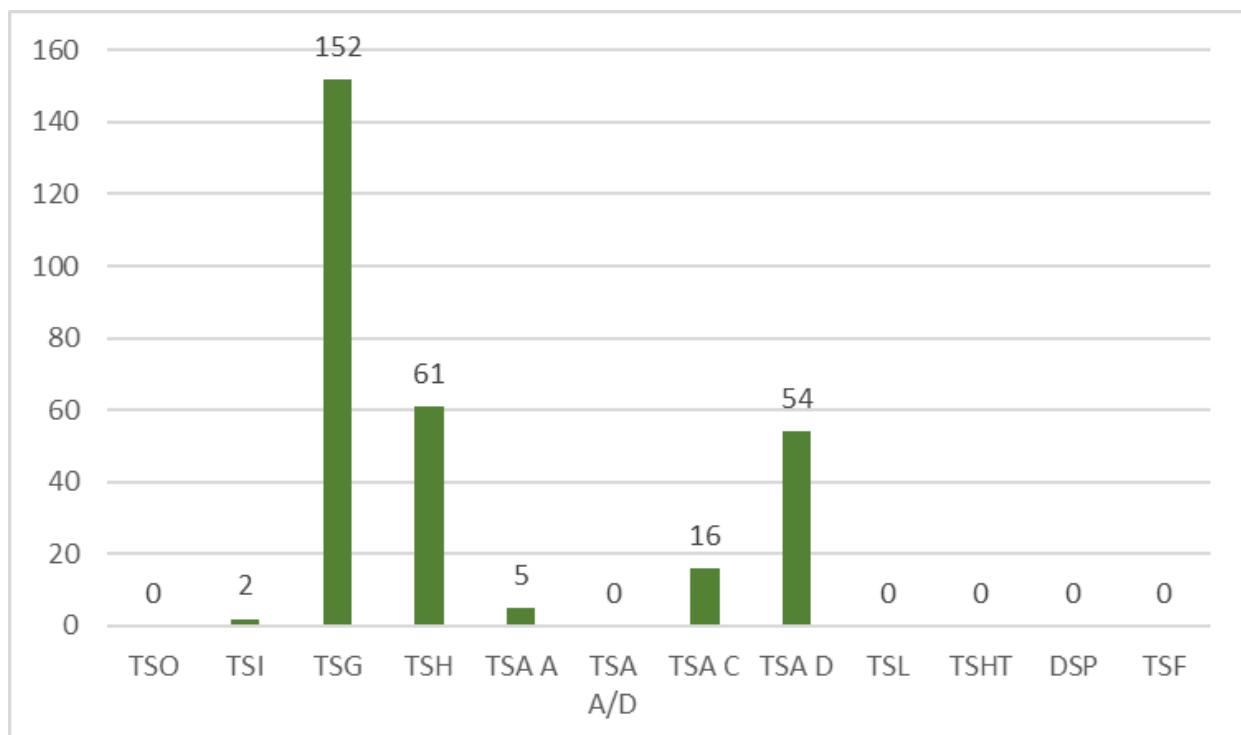
Em S. Sebastião, no extremo leste da cidade, foi identificada uma grande área de necrópole com apenas dois tipos de sepultura, todas elas de inumação, com espólio funerário da Antiguidade Tardia. Algumas das sepulturas são em forma de polígono hexagonal, com paredes construídas com tijolos denteados e cobertas de placas de mármore (Silva 1966).

Segundo C. Tavares da Silva e J. Soares (2020: 173), os edifícios romanos de Setúbal escavados pelo MAEDS integram-se numa estrutura urbana reticulada segundo eixos de direcção ESE-WNW e NNE-SSW. O núcleo mais bem conhecido pelos seus trabalhos localiza-se na colina de Santa Maria, entre o Largo da Misericórdia e o Miradouro, um bairro comercial e residencial especializado na confecção de preparados piscícolas, onde se vão ainda incluir lojas da Travessa dos Apóstolos (não publicadas) e o referido edifício público na Travessa de João Galo (Soares 2000: 118). A única rua conhecida é a que separa os edifícios A e B da Rua António Joaquim Granjo, nº 19, com c. de 1,30 m de largura (Silva e Soares 2020: 173).

O extenso trabalho de publicação de contextos feito por esta equipa permite reconhecer uma ocupação romana e tardo-romana contínua desde o séc. I até ao séc. VI, com diferentes momentos de remodelação e ocupação do espaço.

No séc. III há alterações significativas que implicam maior investimento na decoração e sumptuosidade das casas até ao momento escavadas, mas há também áreas de produção abandonadas ou reconvertidas para outra funcionalidade.

Quanto aos materiais que têm vindo a ser recuperados e estudados, o conjunto da *terra sigillata*



**Figura 4.** Percentagem de *terra sigillata* em Setúbal (342 NMI, segundo Coelho-Soares 2018).

(342 NMI) de quatro sítios de Setúbal (Praça de Bocage, Travessa de João Galo, Rua Francisco Augusto Flamengo e Rua António Joaquim Granjo, nº 19) mostra o domínio das importações gaulesas, seguidas das hispânicas, que, com as itálicas, representam 74% do conjunto, que corresponde a importações do Alto Império (Coelho-Soares 2018: 116, Figura 3) (Figura 4). No século III, detecta-se uma quebra significativa no consumo de *terra sigillata*, com quantidades mínimas de importações de TSA A e de TSA C, e ainda fraca de TSA D.

No que respeita à importação de bens alimentares exógenos, tomando como exemplo o conjunto de ânforas (436 NMI) provenientes de contextos publicados da Praça de Bocage, Travessa João Galo e Rua Francisco Augusto Flamengo, constata-se que as ânforas importadas representam apenas 6% do conjunto, sendo as restantes 94% importadas. A partir do séc. III, a percentagem de ânforas importadas é quase residual face às produzidas regionalmente (Silva 2018: 170). Na referida Rua António Joaquim Granjo, com uma ocupação de meados do século I até ao século III, num conjunto de 170 fragmentos de ânfora

(77 NMI), a percentagem de ânforas importadas sobe para 15% mas só cerca de um quinto pode ser considerado do século III ou mais tardia (Silva 2018: 162-171).

Serão estes dados o espelho de uma certa decadência comercial a partir do séc. III d.C. ou o reflexo de um assentamento de carácter mais modesto? Ou será a amostra pouco representativa, dada a contínua ocupação de Setúbal até ao presente, que não permite conhecer toda a realidade da cidade antiga?

Duas ânforas encontradas na Rua Fran Pacheco, uma (que se perdeu) com 11091 numismas e outra, do tipo Beltrán 65A (Spatheion 1D), com 7091 numismas, reflectem o entesouramento típico do séc. IV (Soares e Silva 2018: 12; Silva 2018: 170).

O que é expressivo nesta cidade é a continuidade da ocupação até ao séc. VI (Magalhães 2023: 8-9), com um bom contexto na Travessa de João Galo, 4-4B que dá maior solidez aos indícios de reformulação de espaços construídos, bem como a identificação, ainda que dispersa, de peças mais tardias, como o capitel do séc. V-VI do Largo da Misericórdia.

## A Tróia romana

Ao invés de Setúbal, continuamente ocupada desde a época romana e fortemente urbanizada, Tróia foi abandonada no século VI ou no VII (Magalhães 2023), e as ventanias da costa atlântica, levando areias das praias em redor, encapsularam-na em dunas modeladas pelos seus próprios edifícios em ruínas. Estas dunas permitiram a excelente preservação de muitas estruturas arquitectónicas e dos depósitos que as circundam e preenchem, apenas afectados pela erosão costeira e pelo vandalismo, e expostos pela actividade arqueológica. Só uma pequena área em torno do casarão conhecido como Palácio Sottomayor, a sudoeste da Ermida de Nossa Senhora de Tróia, foi fortemente afectada por construções de época moderna e contemporânea. Esta boa preservação do registo arqueológico beneficia em muito o conhecimento deste assentamento romano, mas esse conhecimento não deixa de ser parcelar, tendo em conta que as altas dunas que o cobrem escondem ainda a maior parte do sítio arqueológico.

Não se conhece o nome antigo de Tróia, embora haja uma forte possibilidade de se tratar da ilha de Ácale referida por Avieno a sul do Cabo Espichel (Alarcão 2011: 324-325). J. de Alarcão também esboçou a possibilidade de se tratar de *Caepiana*, referida por Ptolomeu, mas ausente do Itinerário de Antonino, mas nada o prova (Alarcão 2011: 326). O que sabemos hoje é que o nome actual “Tróia”, que muitos autores associaram à Tróia de Homero, situada na Turquia, não terá esse fundamento. J. de Alarcão (2012: 340) assinalou que a palavra “tróia” figura nos dicionários portugueses antigos como “rede de pesca”, propondo esse significado para o nome do sítio. Existe também o verbo “troiar” que significa “pescar com a tróia” (Silva 1994), que explicará a razão para os habitantes da região se referirem sempre a este sítio como “a Tróia” ou “na Tróia”. Permite supor que a “tróia” fosse uma rede fixa, do estilo “armação”, que pode-

ria estar instalada na lagoa da Caldeira na baixa Idade Média.

O registo arqueológico mostra que, desde a época de Tibério, Tróia tem implantadas diversas fábricas de salga com 30 oficinas de salga identificadas (cinco das quais ainda não publicadas) (Figura 5) com cerca de 180 tanques visíveis, algumas das quais aglomeradas em fábricas, constituindo estas edifícios autónomos. As oficinas são de forma rectangular, seguindo vários modelos, com fiadas de tanques ao longo de três ou das quatro paredes, com uma área muito variável que pode ir dos 108 m<sup>2</sup> (oficina 3) aos 1106 m<sup>2</sup> (oficina 1), de acordo com as poucas oficinas cuja área total é mensurável (Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Pinto, Magalhães e Brum 2011 e 2014). No que respeita à capacidade de produção, apenas 85 dos 180 tanques visíveis são mensuráveis, indicando uma capacidade instalada de produção mínima, nos séculos I e II, de 1626 m<sup>2</sup>, equivalente a 1 626 000 litros.

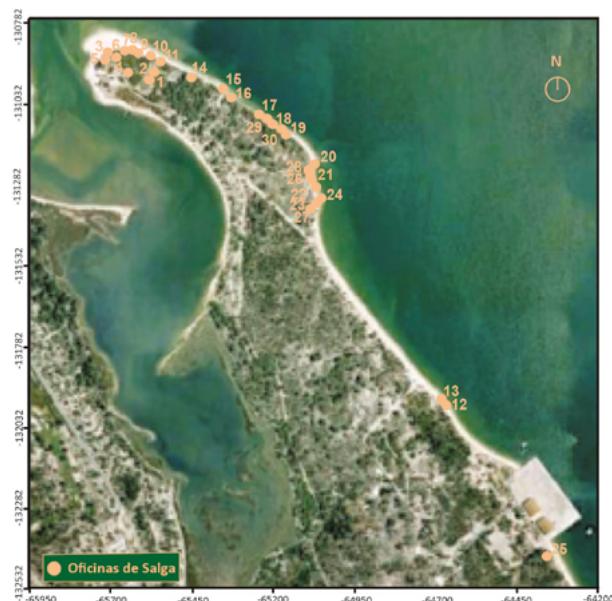


Figura 5. Localização das oficinas de salga de Tróia.

Outros edifícios mostram que este complexo industrial, que exigia uma enorme força humana de trabalho, se tornou, desde cedo, num *vicus* urbano-industrial, com casas, termas, poços, necrópoles, e mais tarde uma igreja paleocristã. As oficinas de salga e outras construções esten-

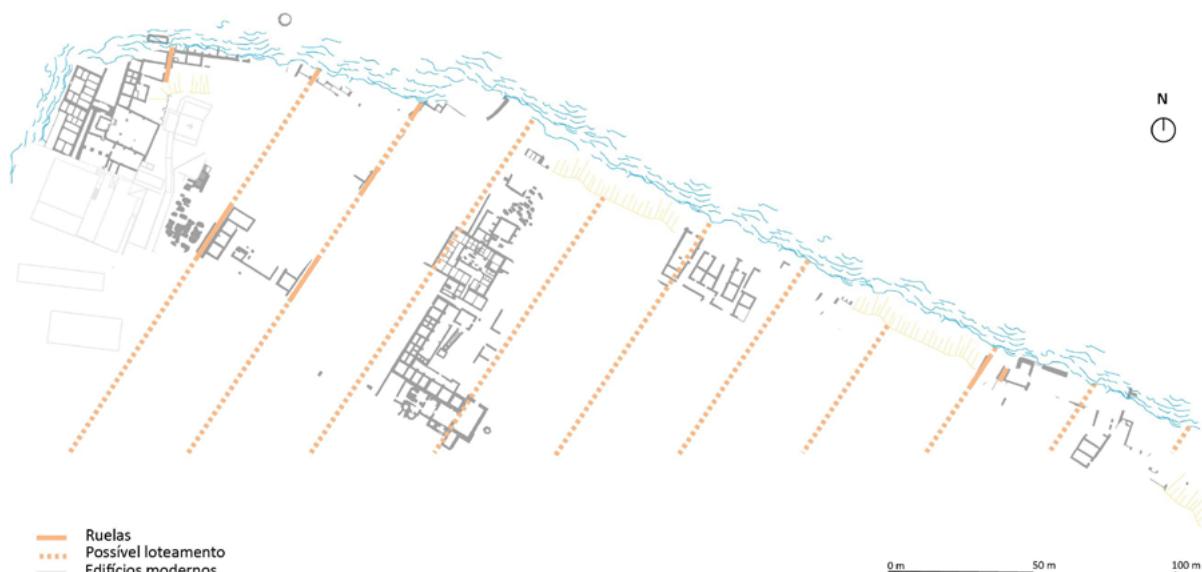
dem-se ao longo de 800 m de linha de costa com construção contínua, e surgem de novo a sudeste em dois núcleos isolados, um no Recanto do Verde, com as oficinas 12 e 13, e outro imediatamente a sudeste da Base Naval de Tróia, com a oficina 25, numa extensão total de cerca de 2 km.

É um contexto da oficina de salga 2, com materiais augusto-tiberianos, que sugere a fundação deste complexo industrial na época de Tibério (Pinto, Magalhães e Brum 2011: 137), e os materiais arqueológicos globalmente recuperados neste sítio não o desmentem. À exceção das três pequenas oficinas 11, 14 e 16 no topo de dunas, provavelmente tardias e sobre construções mais antigas, todas as outras se situam aproximadamente ao nível da praia e parecem ser do Alto Império, muitas delas com remodelações mais tardias.

Esta implantação de estruturas de produção foi feita, desde o início, num cadastro implantado previamente. J. Alarcão publicou uma primeira proposta em 2011 (Alarcão 2011: 337) e, em 2014, propusemos um cadastro que parte das mesmas duas vielas que ladeiam a oficina 4, replicando esse lote para noroeste e sudeste. Isto significa lotes com cerca de 1 *actus* de largura ( $1 \text{ actus} = 120 \text{ pés romanos} = 35,52 \text{ m}$ ), mas não conseguimos definir limites ou ruas transver-

sais noroeste-sudeste (Pinto, Magalhães e Brum 2014: 155 e Figura 16). Estes lotes são compridos e proporcionalmente estreitos, e sobretudo perpendiculares à linha de costa, assegurando o acesso ao rio de um grande número (Figura 6). Nalguns casos, verificou-se que os seus limites coincidem com as vielas que são visíveis da praia, na vertente das dunas, expostas pela erosão costeira.

As diferenças arquitectónicas nos diferentes lotes comprovam um loteamento prévio a qualquer construção, e sugerem a sua concessão a privados, individuais ou colectivos, que desenvolveram diferentes projectos de construção, sendo claro que não existem duas plantas de oficinas de igual dimensão. Este factor foi compreendido por R. Étienne, Y. Makaroun e F. Mayet (1994: 161-162), autores da primeira monografia que valorizou este complexo industrial, e que viram nele “um mundo de proprietários privados” que vedaram os seus lotes, sendo este complexo o resultado de uma justaposição de propriedades de diferentes tamanhos. A análise da gestão da água sugere o mesmo, pois há essencialmente poços, pequenas cisternas e condutas, obras isoladas e de pequena dimensão para resolver o abasteci-



**Figura 6.** Loteamento de Tróia (Pinto, Magalhães e Brum, 2014).

mento de cada propriedade (Pinto e Magalhães no prelo).

O indiscutível loteamento prévio à construção das fábricas significa que alguém teve a visão de que aquela ilha ou quase-ilha arenosa era adequada a um grande complexo industrial que permitiria explorar em grande escala os ricos recursos da região em peixe e sal, dando resposta ao forte consumo e procura de peixe salgado e molhos de peixe no mundo romano contemporâneo. Parece-nos verosímil que essa decisão partisse da administração municipal da capital do município, *Salacia*. A inscrição reveladora de uma homenagem a *L. Cornelius Bocchus*, flâmine provincial e tribuno da III Legião Augusta (IRCP 207) encontrada em Tróia no século XIX, mas incompleta e actualmente perdida, liga este membro de uma importante família de *Salacia* a este complexo industrial (Morais e Bernardes 2011; Alarcão, 2011; Pinto, Magalhães e Brum 2011).

Os trabalhos arqueológicos realizados nos anos 90 sugeriram três fases de actividade das oficinas de salga, que têm vindo a ser confirmadas e melhor documentadas pelos trabalhos mais recentes (Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Pinto, Magalhães e Brum 2018). A primeira fase terá decorrido do segundo quartel do século I até um momento indeterminado da segunda metade do século II, a segunda fase terá tido início no princípio do século III até à primeira metade do século IV, e a terceira terá decorrido deste momento até ao segundo quartel do século V.

Verifica-se, sobretudo, uma profunda mudança no início do século III: a área ocupada pelas fábricas em actividade parece reduzir-se pelo abandono de oficinas situadas a sudeste ao longo do século II (oficinas 12, 13 e 23), e a capacidade de produção reduz-se ainda pela segmentação de oficinas que implica o abandono de alguns tanques, processo melhor documentado nas oficinas 1 e 2. No final da segunda fase, verificam-se remodelações nas oficinas 1 e 2, o abandono da oficina 6 e a sua transformação em necrópole, e ainda a segmentação de um tanque

da oficina 18. O final da terceira fase está documentado pelo abandono dos tanques das oficinas 1 e 2 que passam a ser utilizados como depósitos de resíduos, essencialmente domésticos.

Foram descobertas apenas duas casas em Tróia, a casa da Oficina 6 e a casa da Rua da Princesa, ambas em escavações antigas. A casa da Oficina 6 foi construída em momento indeterminado, tem frescos do século II/III, e foi desactivada e remodelada no início do século IV para ser transformada em necrópole, razão pela qual subsistem paredes com pintura a fresco, mas não os seus pavimentos (Pinto *et al.* 2020b). A casa da Rua da Princesa tem pisos do séc. III-IV, mas o momento da sua fundação é desconhecido. De acordo com os Diários da Sociedade Arqueológica Lusitana, que descrevem a sua escavação no século XIX, os compartimentos do primeiro andar tinham mosaicos e paredes pintadas, e teria ainda, talvez num segundo andar, uma varanda porticada (Alarcão *et al.* 2020).

Além destas casas bem documentadas, existe outra casa a sudeste da referida casa da Rua da Princesa muito pouco escavada, e há indícios de outras. A escavação das oficinas 1 e 2 revelou abundantes fragmentos de estuque pintado e de loiça doméstica que sugerem que a casa do proprietário destas oficinas se situe a sudeste destas (Étienne, Makaroun e Mayet 1994: 162; Pinto, Magalhães e Brum 2012). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na oficina 4 em 2017 e 2019 revelaram níveis de enchimento de dois tanques de salga com abundantes fragmentos de mosaico branco e preto (Figura 7), centenas de tesselas e muitos fragmentos de estuque pintado, testemunhando um entulhamento com fragmentos de paredes e pisos de casas remodeladas ou demolidas não localizadas.

Tudo indica que havia proprietários de fábricas de Tróia com poder económico para ter casas com mosaicos e paredes pintadas, a viver em Tróia. A descoberta, em 2021, de uma sepultura da primeira metade do século III ricamente mobilada com 11 recipientes de vidro e objectos



**Figura 7.** Mosaicos de Tróia: a) Oficina 4 e b) Termas.

de ouro, prata, bronze e marfim também sugere a residência permanente em Tróia de pessoas abastadas na primeira metade do século III (Foy e Pinto, no prelo).

Faltam as casas dos muitos trabalhadores, que poderiam integrar áreas residenciais ainda não conhecidas.

O lote mais bem conhecido, com uma fábrica que engloba as oficinas 1 e 2, mostra ainda umas termas por trás da oficina mais afastada da praia. Ainda que não se conheça a data da sua construção, estas termas documentam a necessidade de oferecer condições às pessoas que viviam no local, mantendo as rotinas habituais. Já existiram no Alto Império com uma área reduzida e foram alargadas provavelmente no início do século III, quando a oficina 1 foi segmentada. O *frigidarium* tem ainda, *in situ*, fragmentos de um mosaico geométrico no qual o padrão mais comum é a trança, e a cercadura é composta por fila contínua de volutas quadradas (Figura 7) (Limão et al. 2015).

Os vários cemitérios comprovam a instalação permanente de população em Tróia, a maior parte da qual, escrava, liberta ou livre, se presume que trabalhasse nas oficinas de salga. Excluindo a referida inscrição de Cornélio Boccho, as 23 inscrições legíveis que se conhecem de Tróia (IRCP 208-221, 222A, 222B, 223-224, 226, FE 447 e 627 (Almeida, Encarnação e Pereira 2017) e duas não publicadas), parecem referir-se maioritariamente a escravos, libertos e imigrantes, embora apenas uma tenha a referência explícita à condição de “liberto” (IRCP 211). Oito têm um só nome, sem filiação, dez têm dois ou três nomes, sem filiação, e os outros têm a sua epígrafe demasiado incompleta. Quatro nomes são claramente de origem grega e outros habituais em libertos e estrangeiros (Encarnação 1984: 275-292). Estes dados epigráficos, que se referem aos séculos I a III, sugerem uma população maioritariamente trabalhadora, sendo poucos aqueles com capacidade económica para terem sepulturas monumentalizadas com placa epigrafada.

As principais necrópoles conhecidas são a Necrópole da Caldeira, a Necrópole Ocidental, a Necrópole do Mausoléu e a Necrópole da Oficina 6 e Casa a Sudoeste, e existem ainda dois recintos funerários, o mausoléu e a igreja paleocristã, além de outras sepulturas dispersas e muitas tardias nos níveis de abandono. No seu conjunto, já revelaram mais de 350 sepulturas que, além de reflectirem a evolução da cremação para a inumação, são de diferentes tipos, desde o simples enterramento em fossa a arcas funerárias de pedra e tijolo, por vezes monumentalizadas com *cupae*, aras ou coberturas de *opus signinum*, além dos numerosos enterramentos em ânfora. Algumas *cupae* e aras funerárias têm inscrições ou são pintadas.

A necrópole com o mais longo período de actividade é a Necrópole da Caldeira, utilizada do século I até ao século V com 146 contextos funerários identificados, dos quais 39 são incinerações e 107 são inumações, 17 das quais em ânfora (Almeida 2008). Só duas sepulturas estão monumentalizadas com altar funerário e nove com *cupa structile* ou estrutura cupiforme. Apenas cinco sepulturas tinham inscrição funerária (IRCP 208, 212, 218, 220 e 223).

A Necrópole Ocidental (anteriormente designada por Necrópole das Sepulturas de Mesa) tem uma forte densidade de sepulturas da Antiguidade Tardia, essencialmente sepulturas de mesa, que se sobrepõem a níveis mais antigos. Nos níveis mais antigos há cremações e inumações, algumas monumentalizadas, tais como três *cupae structile* com diferente revestimento (estuque pintado, estuque e *opus signinum*) e duas aras funerárias, uma delas pintada. No seu conjunto, tem cerca de 27 sepulturas postas a descoberto nas escavações dos anos 70 (Almeida, Paixão e Paixão 1982), e 64 sepulturas de vários tipos nas escavações de 2011 e 2021. Destas, 41 são sepulturas de mesa rectangulares e 15 são “em sigma” (semicirculares), algumas destas, tanto rectangulares como em sigma, com uma placa de mármore (sempre anepígrafa) a representar a mesa. Apesar da densidade das

sepulturas de mesa do século IV sem inscrição, dos níveis de necrópole mais antigos foram recuperadas duas inscrições completas e fragmentos de mais sete, só uma já publicada (FE 627). A necrópole está ainda em estudo, mas parece ter sido utilizada desde a segunda metade do século II até meados do século IV (Pinto et al. 2024).

Outro recinto funerário é o Mausoléu junto à oficina 2, que se presume ter sido construído no início do século III (Étienne, Mayet, Makaroun 1994), com nove nichos nas paredes que seriam destinados a urnas com cremações, e dez sepulturas de inumação bem definidas e outras quatro possíveis.

Nas áreas circundantes do mausoléu, e especialmente a nordeste, vai surgir, em momento incerto, a Necrópole do Mausoléu, com sepulturas rectangulares em forma de arcas tumulares, algumas com tampas escalonadas, entre as quais duas sepulturas de mesa escavadas em 2005 sob a direcção de Álvaro Figueiredo (informação oral de P. Brum), e também ânforas funerárias. Esta necrópole prolonga-se até um momento indeterminado da Antiguidade Tardia, não anterior ao século V.

A Necrópole da Oficina 6 e Casa a Sudoeste (no núcleo da igreja paleocristã) terá surgido após o abandono destes dois edifícios, provavelmente na primeira metade do século IV (Pinto et al. 2019b: 387). A parte situada na zona da provável *domus* poderá ter sido originalmente um prolongamento tardio da Necrópole Ocidental, imediatamente a sudeste, mas esta necrópole tem características próprias que a distinguem, como a disposição regular das sepulturas de mesa rectangulares coladas umas às outras, por vezes com placa de mármore, e apenas uma pequena em forma de ferradura, sendo a necrópole mais estruturada de todas. A parte da necrópole instalada dentro da oficina 6 deu lugar à instalação de uma igreja paleocristã no final do século IV ou no início do V (Pinto et al. 2019b: 387).

O recinto funerário de data mais tardia será a própria igreja paleocristã, com 27 sepulturas

instaladas no seu pavimento, incluindo algumas *mensae* funerárias, até à data não estudadas (Pinto et al. 2019: 389, Figura 5). Foi proposto por J. Maciel (1996: 235) que esta igreja, cujas portas laterais estão entaipadas, se tenha tornado numa “basílica funerária”.

Por conseguinte, sobressaem em Tróia, a partir do século IV, as sepulturas de mesa, pela sua grande frequência e distribuição pelo sítio arqueológico. Além das já referidas em quatro dos conjuntos funerários, apareceu outra com uma depressão para libações contra uma parede pintada com cruzes pátreas latinas na orla do estuário (Pinto et al. 2019a) e ainda outra, perto da oficina 20, com uma pequena placa de mármore incrustada (Pinto et al. 2022) mostrando a sua dispersão no sítio arqueológico.

Embora a frequência de sepulturas de mesa em Tróia se possa atribuir, em parte, à boa conservação das estruturas acima do nível de circulação proporcionada pela areia que as protegeu, não deixa de contrastar com a raridade deste tipo de sepultura noutras necrópoles conhecidas na Lusitânia. A presença destas sepulturas em Tróia mostra, antes de mais, uma forte interacção com outras regiões do Mediterrâneo ocidental na Antiguidade Tardia e a assimilação de práticas funerárias típicas desta grande região (Ardeleanu 2024: 158-159). Mas as características das sepulturas de mesa de Tróia sugerem também um certo regionalismo, a adopção de uma cultura funerária própria, pela sua simplicidade decorativa, pelas suas “mesas” de mármore por vezes muito pequenas, quase meramente simbólicas, e pela estreita convivência entre as semicirculares (em sigma) e as rectangulares, entre outros traços. Contrastam, por exemplo, com as sepulturas de mesa profusamente pintadas de Mérida, capital da província, e com as da Africa Proconsularis, geralmente com as suas “mesas” em mosaico (Ardeleanu 2024: 149).

Os materiais arqueológicos recuperados em Tróia são também uma preciosa fonte de informação sobre a vida económica deste aglomerado urbano-industrial. Tomando como

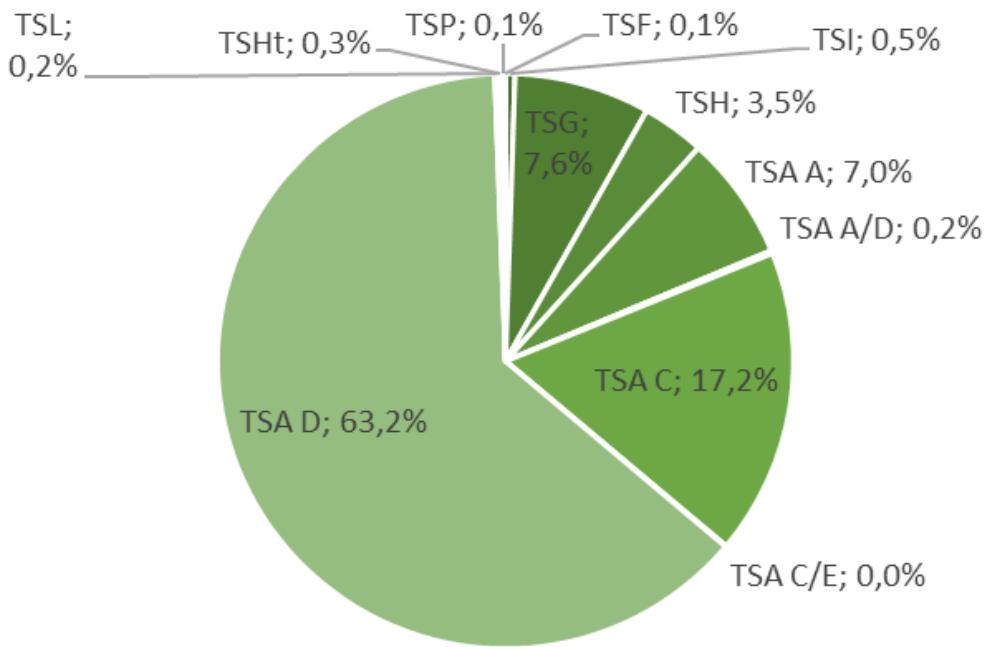
primeira referência a *terra sigillata*, constata-se a diversidade de fabricos, sobressaindo o peso absoluto das importações africanas, em particular o predomínio da *terra sigillata* africana D (Magalhães 2021), seguida pela *terra sigillata* africana C se considerarmos o número mínimo de indivíduos, mas com um peso inferior ao da *terra sigillata* gálica em termos de quantidades médias anuais (Magalhães, Pinto e Brum 2021). Ainda que esta frequência seja potenciada pelas escavações conduzidas em vários momentos nas oficinas 1 e 2, preenchidas com resíduos domésticos após o seu abandono, não deixa de refletir o grande dinamismo económico de Tróia na Antiguidade Tardia (Figura 8).

As ânforas, por seu lado, tendo em consideração um conjunto de 3615 NMI (Almeida et al. 2014), mostram o predomínio das ânforas regionais (72%), próprio de um centro de produção, sendo 27% importadas e as restantes indeterminadas. As ânforas do Alto Império representam 41% do conjunto, e as da Antiguidade Tardia representam 59%.

As ânforas importadas mostram uma grande diversidade de formas e proveniências, desde a Bética, a Tarragonense, a Gália, a Península Itálica, o Mediterrâneo Central, a África do Norte até ao Mediterrâneo Oriental. No entanto, os principais fornecedores são a Bética, com 84% do número de ânforas nos séculos I e II e 45% nos séculos III-V/VI, e a África romana, com 50,6% das ânforas importadas nos séculos III-V/VI, e sobretudo no século III e primeira metade do IV.

A cerâmica de cozinha africana, até à data não assinalada em Alcácer do Sal ou Setúbal, está também bem representada em Tróia (149 NMI) (Magalhães et al. 2014) e um recente estudo das lucernas (406 NMI) revela um período de maior afluxo destes produtos a Tróia entre meados do séc. IV e meados do séc. V (Paul 2022).

Apesar de pouco numerosa, há cerâmica comum importada da Bética e de Pantelleria (Santos 2019: 115-118).



**Figura 8.** Distribuição das importações de *terra sigillata* de Tróia (7844 fragmentos, segundo Magalhães, Pinto e Brum 2021).

A importação e consumo de loiças em *terra sigillata*, bens alimentares recebidos em ânforas, cerâmica de cozinha africana, lucernas, vidros, e até alguma cerâmica comum, entre outros bens, refletem um forte dinamismo comercial, e a apetência e capacidade aquisitiva dos habitantes de Tróia.

## A relação entre Setúbal e Tróia na época romana

Ensaíando uma comparação entre Setúbal e Tróia na época romana, vemos Setúbal com uma excelente localização junto à foz do Sado e à Serra da Arrábida, com fácil acesso a matérias-primas como pedra, argila e madeira, e a bens alimentares que seriam produzidos nos campos envolventes, e aparentemente com espaço de construção. Já Tróia era um banco de areia no meio do rio, sem pedra, argila ou madeira, sem terra cultivável, mas com um espaço bastante extenso junto ao rio e uma igualmente excelente localização junto à foz do Sado.

Porque se ocupou esse grande areal que é Tróia, onde a construção e a vida quotidiana não seriam nada fáceis? Existindo o plano de criar um grande complexo industrial, que se adivinha pelo loteamento prévio, os atractivos de Tróia terão sido o extenso terreno sem valor fundiário, certamente público, e o seu excelente acesso ao rio e ao mar muito próximo, com boas condições de aproximação dos barcos pelo canal sul do estuário, que corre ao longo do sítio romano. Além disso, nessa época o terreno seria ainda bastante plano, sem as elevações e dunas que se foram formando gradualmente durante e após a ocupação romana, e o transporte das matérias-primas e dos contentores era facilitado pela distância muito curta entre a praia e as fábricas que confinavam com a praia. Esta boa acessibilidade e a intenção de criar um polo exportador terão compensado a sua insularidade, que obrigava a trazer de barco matérias-primas, bens de consumo e os próprios contentores para envasar a produção.

Os dados arqueológicos mostram-nos que Setúbal poderá ter sido, na época augustana, um pequeno estabelecimento dedicado à produção de

ânforas e preparados piscícolas, que cresceu e se manteve um aglomerado urbano polivalente, que produz ânforas até meados do século I, e preparados piscícolas até ao século II, e provavelmente só de forma muito episódica depois disso. De um modo geral, parece ter uma actividade produtiva pouco intensa.

Setúbal tem sinais de residências com algum luxo, talvez com peristilos e tanques, e sobretudo as duas casas com mosaicos de finais do século II e do século III. Uma delas (da Rua António Joaquim Granjo) foi abandonada no século III e transformada em pedreira, e a outra (da Rua Arronches Junqueiro) terá perdurado até ao século V/VI.

Tem uma cornija de um edifício público de curta duração na segunda metade do século II/inícios do III, um capitel de meados/segunda metade do século II e outro do século V/VI, que apontam para uma pequena cidade modesta, ou um grande *vicus*, sem grande investimento público.

A ser representativos, os dados arqueológicos mostram um maior dinamismo até ao século III, mas é indiscutível a continuidade de ocupação até ao século VI, confirmada pelo depósito da Travessa de João Galo, nº 4-4B. Os materiais recolhidos nas intervenções arqueológicas, por seu lado, sugerem um maior dinamismo económico nos séculos I-II e uma surpreendentemente escassez de bens de consumo importados na Antiguidade Tardia.

Tróia é ocupada na época de Tibério com o propósito muito claro de aí fazer surgir um grande complexo industrial dedicado à produção de preparados piscícolas, que implicou um loteamento prévio.

Quem tomou a decisão de lotear o terreno de Tróia e aí instalar grandes fábricas de salga de peixe? Tal como acima foi referido, parece-nos mais provável que essa decisão partisse da administração municipal da capital do município, *Salacia*, ou de membros da elite económica da *civitas*, do que do pequeno aglomerado urbano secundário que era Setúbal nessa época, o que

daria a Tróia um vínculo mais forte com *Salacia*. A inscrição de homenagem a *Cornelius Bocchus* encontrada em Tróia será prova disso.

Mas terá Tróia sido exclusivamente um complexo industrial? Devemos imaginar os proprietários das fábricas de salga a viver em *Salacia* ou em Setúbal e a desenvolver a sua actividade industrial à distância? A riqueza produzida em Tróia estará reflectida nessas duas cidades, ou principalmente em Setúbal?

Tróia também tem casas com pintura mural, pelo menos desde o século II, com a casa da Oficina 6 e tem mosaicos geométricos e muitos fragmentos de estuque pintado a entulhar tanques da oficina 4 que deverão pertencer a casas do Alto Império. E, tal como acima referido, foi sugerido em 1994 que a casa do proprietário da oficina 1 se situasse imediatamente a sudeste desta oficina. Acreditamos fortemente, sem poder ainda prová-lo, que o lote a sudeste do lote das oficinas 1 e 2 é de carácter residencial desde o início. Tudo indica que há proprietários abastados em Tróia desde o Alto Império.

A casa da Rua da Princesa, por seu lado, que também tinha mosaicos e paredes pintadas, espelha a residência de proprietários na Antiguidade Tardia, tal como J. de Alarcão (2011: 337) oportunamente assinalou. E a sudeste da Rua da Princesa há dunas altíssimas, as mais altas deste sítio arqueológico, que nunca foram investigadas e que podem esconder um núcleo predominantemente residencial, com edifícios de vários andares.

Tanto Setúbal como Tróia têm uma estruturação do espaço a partir de eixos NNE-SSW, orientação certamente ditada pela intersecção com a linha de costa, e ambas têm ruas. Tróia tem ruas por vezes muito estreitas, como a que se situa entre o lote da Oficina 4 e o lote a sudeste, com 1,10 m de largura (Pinto et al. 2015), ou aquela que se situa entre a Casa da Oficina 6 e a Oficina 5, com 1,78 m de largura (Pinto e Magalhaes no prelo). Em Setúbal conhece-se apenas uma rua, que tem cerca de 1,30 m de largura (Silva e Soares 2020: 173). Por conseguinte, as ruas

de Setúbal e Tróia não contrastam entre si, mas contrastam com a calçada parcialmenteposta a descoberto em *Salacia*, na zona do depósito de água no castelo, com uma largura mínima de 5 m (Silva et al. 1880-81: 213).

A epigrafia revela uma população modesta em Tróia, com escravos, libertos, imigrantes e cidadãos que não invocam a sua filiação, mas não é possível compará-la ou estabelecer ligações com a população de Setúbal, onde não se conhece qualquer inscrição funerária ou de outro tipo.

Do ponto de vista das práticas funerárias, a única necrópole conhecida em Setúbal, a necrópole de São Sebastião, de inumação, cujo traço distintivo são sepulturas hexagonais, não tem paralelo em Tróia. Este sítio mostra uma panóplia de estruturas funerárias, com fossas, arcas funerárias de vários tipos, *cupae* e aras funerárias nos séculos II-III, e um vasto conjunto de sepulturas de mesa na Antiguidade Tardia, mas não se identificou até agora nenhuma sepultura hexagonal.

Também a única fábrica de salga de Setúbal que permite a leitura parcial da sua planta, a da Travessa de Frei Gaspar, apresenta duas fiadas paralelas de tanques, com paralelo em Sines (Étienne, Makaroun e Mayet 1994: 110), mas uma característica totalmente desconhecida nas oficinas de Tróia, todas de fiada única.

No que respeita ao consumo e à importação de loiças e bens alimentares, os dois sítios têm amostras muito diferentes que não facilitam a comparação. Mas é de sublinhar que Tróia recebeu grande variedade e quantidade destes bens durante o seu período de ocupação. E apesar de ser um centro produtor que utilizava largas quantidades de ânforas regionais, tem quase um terço de ânforas importadas.

## Conclusão

O registo arqueológico mostra que Setúbal é um aglomerado urbano polivalente, que terá tido

alguns edifícios públicos e actividade comercial e industrial mais forte no Alto Império, mas parece ter sido uma cidade modesta, que provavelmente nunca usurpou as funções administrativas de *Salacia*. Mas temos que admitir que a informação é muito parcial e que não dá uma imagem muito clara da sua fisionomia na época romana.

Tróia parece ter evoluído rapidamente de um complexo industrial para um aglomerado urbano-industrial com uma economia própria e uma identidade própria. Tinha proprietários residentes e uma circulação de bens de consumo importados que indica que a riqueza gerada pela actividade industrial era largamente gozada no próprio local. Na Antiguidade Tardia adoptou uma cultura funerária própria do Mediterrâneo Ocidental, mas com traços locais.

A proximidade geográfica terá proporcionado laços estreitos entre Setúbal e Tróia, e uma forte interacção entre os habitantes de uma e outra, que se podiam traduzir em laços familiares e também em relações de negócios, sendo perfeitamente plausível que cidadãos de Caetobriga tenham investido em Tróia e participado na riqueza produzida aí. Mas além de utilizarem os mesmos tipos de pedra da serra da Arrábida, as mesmas ânforas e loiças produzidas nas olarias do Sado, e de serem verosimilmente abastecidas em alimentos pelas mesmas *villae* a norte do rio e do seu estuário, nada indica que Setúbal e Tróia fossem a mesma cidade.

Essa proximidade manteve-se após o abandono da Tróia romana, e perdurou até aos nossos dias através da continuidade de Tróia como lugar sagrado, ainda hoje lugar de romaria anual dos habitantes de Setúbal (Pinto 2023).

O desenvolvimento da investigação em Setúbal e em Tróia poderá contribuir para uma melhor compreensão destes aglomerados populacionais e ajudará a definir o seu estatuto no quadro da ocupação romana do baixo vale do Sado.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J., 1988. Roman Portugal, vol. II. Oxford.
- ALARCÃO, J., 2011. Os Cornelii Bocchi, Tróia e Salacia. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010), Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia, Lisboa-Madrid, p. 323-347.
- ALARCÃO, J., 2012. Tróia. In BARROCA, M. e ALARCÃO, J. (coord.), Dicionário de Arqueologia Portuguesa. Porto: Figueirinhas, p. 339-340.
- ALARCÃO, J. (2017) – A Lusitânia e a Galécia do séc. II A.C. ao séc. VI D.C. Coimbra.
- ALARCÃO, J., PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. e SANTOS, F., 2020. 3.18 Ruínas Romanas de Tróia. A Casa da Rua da Princesa (Tróia, Portugal). In António Pizzo (ed.), *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*, MYTRA: Monografías y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 233-244.
- ALMEIDA, J. P., 2008. A necrópole romana da Caldeira, Troia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX. Tese de Mestrado entregue à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I e II.
- ALMEIDA, J.; ENCARNAÇÃO, J. D' e PEREIRA, T., 2017. 627. Lápide funerária de Tróia (Conventus Pacensis), Ficheiro Epigráfico, 159, Coimbra: Instituto de Arqueologia Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
- ALMEIDA, F., PAIXÃO, J. C. e PAIXÃO, A. C., 1982. Cementerio Paleocristiano o Romano Tardio de Tróia (Portugal). In II Reunió d'Arqueologia Paleocristiana Hispánica. Barcelona: Universidade de Barcelona, p. 259-263.
- ALMEIDA, R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2014. Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia (SECAH) (Braga, 4 a 6 de Abril de 2013), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tomo I, p. 405-423.
- ARDELEANU, S., 2024. Ritualized funeral mensae of the Western Late Antique World. In KREMMER, G., POLHAMMER, E., KOPF, J. e BEUTLER, F. (eds), *Zeit(en) des Umbruchs (Akten des 17. Internationalen Kolloquiums zum provinzialrömischen Kunstschaffen, Wien – Carnuntum, 16.-21. Mai 2022)*, Austrian Archaeological Intitut, Viena, p. 145-162.
- COELHO-SOARES, A., 2018. Terra sigillata. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 111-118.
- CASTELO-BRANCO, F., 1963. Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. Separata da Revista Ocidente, vol. LXV, p. 1-100.
- CONEJO DELGADO, N., 2021. Uso y circulación de moneda en Castro de Chibanes (Palmela, Setúbal): siglos II – I a.C. In SILVA, C. T. e SOARES, J. (coords.), *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica, 20. Setúbal, p. 347-356.
- COSTA, I. M. da, 1905. Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal: habitações prehistóricas ao longo da costa marítima: estação prehistórica da Commenda: estações de Outão, O Arqueólogo Português, vol. X, p. 185-193.
- COSTA, J. M. da, 1960. Novos elementos para a localização de Cetobriga. Os achados romanos da cidade de Setúbal. Setúbal: Câmara Municipal.

- DIOGO, A. D. e FARIA, J. C., 1990. Fornos de cerâmica romana no vale do Sado. Alguns elementos. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.), *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas das Jornadas de Estudo, Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris, p. 173-186.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F., 1994. *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Éditions E. de Boccard.
- FARIA, A. M. (1992. Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca* 1, p. 39-48.
- FE 447: ENCARNAÇÃO, J. d'; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2012. Árula funerária de Tróia (Conventus Pacensis), *Ficheiro Epigráfico*, 99, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- FE 627: ALMEIDA, J., ENCARNAÇÃO, J. d'; PEREIRA, T., 2017. Lápide funerária de Tróia (Conventus Pacensis), *Ficheiro Epigráfico*, 159, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. F., 1995. Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – Primeiros Resultados. In Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 73-106.
- FOY, D. e PINTO, I. V. (no prelo). Un exceptionnel lot de verres du IIIe siècle dans la tombe de la doyenne de Troia (Grândola- Portugal). *Journal of Glass Studies. The Corning Museum of Glass*. GOMES, F. B. e ALVES, C., 2017. - The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal). *The Roman Republican material*, SPAL 26, Sevilha, p. 87-111.
- IRCP: ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- LIMÃO, F., MAGALHÃES, A. P.; PINTO, I. V.; BRUM, 2015. Between otium and negotium: the frigidarium mosaic from the baths of the industrial fish-salting complex in Tróia (Portugal). In TROVABENE, G. E BERTONE, A. (a cura de), XII Colloquio AIEMA ATTI (Venezia, 11-15 settembre 2012). Paris, Association International pour l'Étude de la Mosaique Antique, p. 265-270.
- MACIEL, J., 1996. *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MAGALHÃES, A. P., 2021. *Troia. A terra sigillata da Oficina 1. Escavações de 1956-1961 e 2008-2009*, Suplemento nº 10 de *O Arqueólogo Português*, Imprensa Nacional / Museu Nacional de Arqueologia / Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa.
- MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. e PINTO, I. V., 2014. The significance of African cooking ware in Lusitania: the case of Tróia (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43 (Catania, 23-30 de Setembro de 2012), Bona, p. 701-708.
- MAGALHÃES, A. P.; PINTO, I. V. e BRUM, P., 2021. Preliminary results on the Gaulish terra sigillata from the fish-salting production centre at Tróia. In Viegas, Catarina & Bustamante-Álvarez, macarena (eds.), *South gaulish sigillata in SouthweSt hispania. Circulation and ConSumption, Estudos & Memórias*, 18. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p.117-129.
- MAGALHÃES, A. P., 2023. Living on the Edge: Commerce and Trade on the Southwest Lusitanian Port Ensembles in Late Antiquity, *Al-Masāq*, 35:3, p. 326-342.
- MAYET, F. e SILVA, C. T., 2016. Roman amphora production in the Lower Sado Region. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.), *Lusitanian Amphorae*:

- Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford: Archaeopress, p. 59-71.
- MAYET, F. e SILVA, C. T., 2017. Olarias romanas do Sado. In FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A. e SILVA, F., Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologias de Almada, p. 221-238.
- MORAIS, R. e BERNARDES, J. P., 2011. Cornelius L. F. Bocchus e a economia da Lusitania. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010), Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia, Lisboa-Madrid, p. 123-131.
- PAUL, K., 2022. Die römischen Lampen aus Tróia (Lusitanien). Betrachtungen zur wirtschaftlichen Entwicklung einer Hafensiedlung. Tese de Mestrado entregue à Philipps-Universität Marburg.
- PEREIRA, P. A., 2014. Conjunto de cetárias no Centro Histórico de Sesimbra, Musa, 4, Setúbal, p. 157-160.
- PIMENTA, J., FERREIRA, M. e CABRITA, A. C., 2016. The Roman Kilns at Estrada da Parvoíce, Alcácer do Sal (Portugal). PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.), Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. Oxford: Archaeopress, p. 73-79.
- PINTO, I. V., 2023. Tróia, um lugar sagrado. In CARVALHO, J. A., CASIMIRO, J., MIGUEL, M. e PINTO, I. V., O círio de Nossa Senhora de Tróia, edição de José António Carvalho, Setúbal.
- PINTO, I. V. e MAGALHÃES, A. P., no prelo. Aprovisionamento e gestão da água no complexo industrial de Tróia. SPAL – Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla, Sevilha.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2011. O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchi. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010). Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia. Lisboa-Madrid, p. 133-167.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.P. e BRUM, P., 2012. Tróia. A grande fábrica. Portugal No Tempo Dos Romanos, Visão História, nº 17 (Setembro de 2012), p. 84-89.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2014. An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal). In BOTTE, E. e LEITCH, V. (eds), Fish & Ships. Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité (Actes de l'atelier doctoral à Rome, 18-22 juin 2012), Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17, Aix-en-Provence, Centre Camille Julian, Éd. Errance, p. 145-157.
- PINTO, I. V; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. e ALMEIDA, J. P., 2014. Novos Dados sobre a Tróia Cristã. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; MACIAS, S. e LOPES, V. (coords.), O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão – Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam, Mértola: Campo Arqueológico, p.104-123.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2018. A reassessment of the fish-salting workshops 1 and 2 of Tróia (Portugal): the ceramic contexts, Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 45 (Lisboa, 25 de Setembro a 2 de Outubro de 2016), Bona, p. 153-162.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; SANTOS, F., 2019. Problemática em torno da basílica de Tróia. In Tarraco Biennal, Actes 4t Congrés Internacional d'Arqueologia I Món

- Antic (VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives), Tarragona, 21-24 Nov. 2018), Tarragona, p. 385-393.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; MACIEL, J., 2019a. Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal (Portugal). In MACIEL, J.; LIMÃO, F. (coord.), Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII. Amadora: Canto Redondo, p. 432-441.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; SANTOS, F. e BRUM, P., 2020. 3.19 Ruínas Romanas de Troia - Casa da Oficina de Salga 6 (Grândola, Portugal). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA: Monografías y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 245-253.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.; P. BRUM, P.; FIGUEIREDO, M.; SANTOS, F.; GABRIEL, S., 2022. Uma sepultura de mesa na Ponta do Verde (Tróia). In PINTO, I. V.; GOMES, Rosa V.; PÉREZ MACÍAS, J. A. (Coords.) (2022), Do Período Romano Imperial à Idade Contemporânea. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, vol. 2. DIGITAR – Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts, 8 p. 102-121.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; MACIEL, M. J., 2019a. Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal (Portugal). In MACIEL, M. Justino e LIMÃO, F. (coords.), Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII. Amadora: Canto Redondo, p. 432-441.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. SANTOS, F., 2015. PIPA 03/2013 – Valorização das Ruínas Romanas de Tróia – Relatório de Progresso 2014. Relatório poli- copiado submetido à Direcção Regional de Cultura do Alentejo.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. e SANTOS, F., 2019b. Problemática em torno da basílica de Tróia. In LÓPEZ VILAR, J., Tarraco Bienal. Actes 4t Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives (Tarragona, 21-24 de Novembre de 2018), Universitat Rovira i Virgili - Institut d'Estudis Catalans, Tarragona, p. 385-393.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. SANTOS, F., 2020a. Ceramic Evidence in the Fish-Salting Workshop 23 at Troia (Portugal): Amphorae and Pitchers, Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 46 (Cluj-Napoca, 23-30 de Setembro de 2018). Archaeopress, Oxford, p. 105-114.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V., 2014. O núcleo fabril do Recanto do Verde (Tróia), Setúbal Arqueológica, 15, Setúbal, p. 217-244.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., SANTOS, F., BRUM, P., 2020. 3.19 Casa da Oficina de Salga 6 (Tróia, Portugal). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA 6. Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 245-253.
- SEPÚLVEDA, E. e BOLILA, C., 2018. Cerâmicas de paredes finas e lucernas. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 119-142.
- SILVA, A. M., 1994. Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, Vol. V, Mem Martins: Editorial Confluência, Lda.
- SILVA, C. T., 1990. Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade, Setúbal na História, Setúbal: LASA.
- SILVA, C., 1996. Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In Ocupação romana dos

- estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal: CMS, p. 43-54.
- SILVA, C. T., 2018. Ânforas romanas. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 161-174.
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A., 2014. Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. In Simpósio Internacional de Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal Arqueológica, 15, Setúbal, p. 305-338.
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A., 2016. Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 19, p. 211-234.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A., DUARTE, S. e GODINHO, R. M., 2014. Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, nos. 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval, Musa, 4, p. 161-214.
- SILVA, C. T. e SOARES, J., 2021. O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017, Setúbal Arqueológica, 20, Setúbal.
- SILVA, C. T., SOARES, J., BEIRÃO, C. M., DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A., 1980-81. Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979), Setúbal Arqueológica, 6-7, Setúbal, p. 149-218.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. e COELHO-SOARES, A., 1986. Fábrica de salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar, Setúbal. In Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (1985), Setúbal, Trabalhos de Arqueologia, 3, p. 155-160.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. e WRENCH, L. N. C., 2010. Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga. Musa, 3, p. 149-164.
- SILVEIRA, T.; ANDRADE, F., PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V., 2014. Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico. Setúbal Arqueológica, Setúbal, 15, p. 259-305.
- SOARES, J., 2000. Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 101-130.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 1973. Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal), Separata das Actas das II Jornadas Arqueológicas I, p. 6-42.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 2018. Introdução. Caetobriga: cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 11-42.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 2020. 3.11 CAETOBIGA (SETÚBAL, PORTUGAL). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA: Monografías y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 165-176.
- SORIA, V., 2018. La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- VIEGAS, C., 2014. Terra sigillata imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal), Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 43, p. 755-764.
- VIEGAS, C., 2016. O sítio romano da Comenda: novos dados sobre a campanha de 1977. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. e VIEGAS, C. (eds.), Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos & memórias (UNIARQ), Lisboa, p. 439-465.